

## AS INCERTEZAS MULTITERRITORIAIS DOS ATINGIDOS PELA CONSTRUÇÃO DA USINA HIDRELÉTRICA BAIXO IGUAÇU, NO MUNICÍPIO DE CAPANEMA – PARANÁ

Jhones Donizetti Mendes<sup>1</sup>  
Edson dos Santos Dias<sup>2</sup>

### Resumo

Este trabalho aborda a problemática da territorialidade, envolvendo os processos de territorialização, desterritorialização e reterritorialização entre a construção da Usina Hidrelétrica Baixo Iguaçu e os atingidos por ela no município de Capanema até janeiro de 2017. Tem como objetivos específicos: a) compreender os processos de desreterritorialização dos atingidos e; b) conhecer através da memória do atingido pela UHE Baixo Iguaçu, o seu apego ao lugar. Para executar a pesquisa, foram realizadas diversas leituras a fim de compreender a concepção do atingido sobre o problema exposto, além do acesso às outras fontes de informação. Os resultados e as discussões realizadas promoveram a maior interação sobre os processos de negociações entre o empreendimento e os atingidos, inferindo, assim, o conhecimento sobre os processos de desreterritorialização, misto de medos e com rumos incertos.

**Palavras-chave:** atingidos, hidrelétrica, impactos.

### INTRODUÇÃO

A região Sul do Brasil se sobressai no número de usinas hidrelétricas, com destaque para o Estado do Paraná, em virtude do relevo propício, da considerada densidade hídrica, além dos diversos fatores locais socioeconômicos e políticos. Também merece menção a quantidade de usinas hidrelétricas em um mesmo rio, como é o caso da implantação de hidrelétricas no rio Iguaçu. Este rio nasce na região metropolitana de Curitiba (região Leste do Estado), deságua no rio Paraná (região Oeste), e comporta, ao longo de todo o seu trecho, cinco usinas hidrelétricas já operantes e a UHE Baixo Iguaçu em fase de construção.

Este artigo apresenta o resultado parcial de nossa pesquisa de mestrado, que tem por objetivo compreender como a construção da UHE Baixo Iguaçu influencia na reorganização socioespacial perante os territórios das populações atingidas pelo empreendimento, no município de Capanema, no Estado do Paraná e as incertezas sobre o processo de realocação dos atingidos.

<sup>1</sup> Acadêmico do Programa de Pós-Graduação - Mestrado em Geografia, Universidade Estadual do Oeste do Paraná – UNIOESTE, *campus* de Marechal Cândido Rondon. E-mail de contato: jhonesd@hotmail.com.br

<sup>2</sup> Docente do Programa de Pós-Graduação - Mestrado em Geografia, Universidade Estadual do Oeste do Paraná – UNIOESTE, *campus* de Marechal Cândido Rondon. E-mail de contato: edias88@yahoo.com.br

Pretende-se enquanto objetivos específicos compreender as relações de: a) desterritorialização; b) as supostas propostas de reterritorialização e; c) as negociações entre os representantes pelo empreendimento e os agentes atingidos. Considera-se necessário ter ciência sobre a territorialidade que envolve a construção da UHE Baixo Iguaçu e as propriedades atingidas pela construção do empreendimento, pois, se por parte de alguns segmentos sociais a usina hidrelétrica é vista como sinônimo de progresso industrial, para outros, ela também pode ser caracterizada como desterritorializadora, já que o empreendimento almeja se apossar desses territórios para formar o reservatório artificial, a área de preservação ambiental e a infraestruturas da usina hidrelétrica.

Esta pesquisa não busca se posicionar com opinião contrária ou não à produção energética ou mesmo contra qualquer proposta de construção de usinas hidrelétricas a priori. No entanto, instiga a reflexão da problemática sobre os impactos sociais que estão inclusos no processo de construção e implantação de usinas hidrelétricas de grande porte e as suas consequências sobre a população local atingida.

A Concessionária Geração Céu Azul é o empreendimento responsável pelo gerenciamento da UHE Baixo Iguaçu, formada pela sociedade da empresa privada carioca Neoenergia e da estatal Companhia Paranaense de Energia Elétrica – Copel. Depois de pronta, a barragem da empresa formará um reservatório que alagará parte da área rural que compõe os cinco municípios da região Sudoeste do Estado (Capanema, Capitão Leônidas Marques, Planalto, Realeza e Nova Prata do Iguaçu).

O empreendimento começou a ser construído em meados de 2013, com previsão de término para 2016. No entanto, por vários motivos de paralisações e prosseguimentos da obra de forma intercalada, o empreendimento postergou a data de término somente para 2018.

Portanto, serão abordados neste artigo os resultados obtidos por meios dos diversos meios de comunicação veiculados com vistas a compreender mesmo que de forma resumida essa reorganização socioespacial motivada pela construção da UHE Baixo Iguaçu e as incertezas quanto às suas reterritorializações.

Serão tratadas neste trabalho reflexões introdutórias das construções de UHE como sinônimo de progresso e desenvolvimento, mas também como causadora de impactos. Posteriormente, será exposta uma breve concepção sobre as hidrelétricas paranaenses e o processo de construção da UHE Baixo Iguaçu. Para esta, serão abordadas suas principais

características. E por último, serão utilizados como resultados as informações produzidas pelos diversos meios de comunicação para a melhor compreensão da situação.

## **PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS**

O intuito dos pesquisadores é expor os acontecimentos e estimular a reflexão acerca da reorganização socioespacial do objeto de estudo e suas incertezas, levando em conta o contexto espaço-temporal. A pesquisa terá uma visão qualitativa, haja vista que o maior interesse se refere à riqueza de detalhes que podem ser assimilados por meio dos relatos nos mais diversos meios de comunicação.

Para atingir o objetivo da pesquisa foram utilizadas como procedimentos metodológicos as seguintes iniciativas: levantamento de informações através de livros, revistas, sítios eletrônicos, materiais técnicos, jornais impressos, acompanhamento das manifestações dos atingidos, registro de fotografias, entre outros.

## **USINAS HIDRELÉTRICAS ENQUANTO SINÔNIMOS DE DESENVOLVIMENTO E DE IMPACTOS**

Ao tratar de assuntos sobre usinas hidrelétricas, o Brasil se destaca pela sua riqueza em recursos naturais, essenciais para tal implantação e operação. Conforme Kolnn (2009, p. 2),

As hidrelétricas têm desempenhado importante papel no processo de desenvolvimento econômico e social no Brasil, principalmente porque o território brasileiro é dotado de grande potencial para gerar energia elétrica a partir do aproveitamento dos caudalosos rios de terrenos planálticos. Mais do que nunca, o aprimoramento no processo de apropriação do recurso água como fonte geradora de energia elétrica limpa é desejável tanto por motivos, econômico-social quanto ambiental.

A partir dessa passagem, percebe-se que com o melhoramento da técnica, as paisagens vão sendo transformadas em decorrência dos interesses socioeconômicos e sociopolíticos, motivados por determinados agentes sociais.

Nas barragens, cria-se uma pressão de água que significa a medida da energia potencial da água armazenada. Com o deslocamento da água da montante para jusante, as

turbinas são movimentadas, o que faz operar os geradores de corrente elétrica por indução magnética (Figura 1).

Figura 1 – Modelo de geração de energia elétrica por meio de usinas hidrelétricas.



Fonte: COPEL (2016b); CASTRO (2011)<sup>3</sup>. Adaptado pelo autor.

Conforme Ribeiro (2008, p. 50), para a construção de usinas hidrelétricas leva-se em conta as condições geográficas fundamentais como a elevada pluviosidade e o relevo acidentado. As chuvas abastecem a água nas cabeceiras dos corpos d'água que contribuem para a formação da represa, assim como o relevo acidentado facilita a formação do lago.

Enquanto alguns atores criticam a construção de usinas hidrelétricas, outros defendem o tipo de produção energética pelo fato de considerar a energia como renovável, pois apresenta vantagens em sua aplicação. A energia gerada por esse meio não emite resíduos gasosos provenientes de queima de combustível nem gera calor excessivo, como é o caso de usinas termoeletricas. Também não resulta em nenhum resíduo fatal à vida humana, como se verifica em usinas nucleares (RIBEIRO, 2008, p. 50).

Segundo Tundisi (1991, p. 40), a eficiência energética desse sistema é muito elevada, ao redor de 95%. O investimento inicial e os custos de manutenção são altos, por outro lado, o custo do combustível (a água) é zero. O próprio desenvolvimento urbano-industrial está ligado aos recursos hidroenergéticos, haja vista que a geração de energia por usinas hidrelétricas saem mais em conta do que a utilização de usinas termelétricas e de usinas nucleares.

<sup>3</sup> CASTRO, Antônio Alberto Q. Como funciona a Usina Hidrelétrica. **Cidade de Tucuruí**. Tucuruí, 25 out. 2011. Disponível em: <[http://cidadedetucurui.com/INICIO/USINA\\_HIDRELETRICA\\_TUCURUI/OPERA%20%87%20%83OEMANUTEN%20%87%20%83O/OPERA%20%87%20%83OEMANUTEN%20%87%20%83O.htm](http://cidadedetucurui.com/INICIO/USINA_HIDRELETRICA_TUCURUI/OPERA%20%87%20%83OEMANUTEN%20%87%20%83O/OPERA%20%87%20%83OEMANUTEN%20%87%20%83O.htm)>. Acesso em: 24 ago. 2017, às 15h29.

Kolnn (2009, p. 12) descreve que as usinas hidrelétricas são consideradas como a principal forma de geração de energia elétrica no Brasil e, por conta disso, a tendência é de que sejam implantadas cada vez mais hidrelétricas com o objetivo de elevar a capacidade de geração elétrica já existente.

A construção de usina hidrelétrica é um dos exemplos mais completos da atuação do ser humano na transformação da paisagem, influenciando tanto os aspectos ambientais como os sociais, pois, além de ter o poder de alterar o curso do rio para a construção de usina, obriga o deslocamento de várias famílias da área que será alagada pelo reservatório da usina. Segundo Henriques (2015, p. 37), nos últimos anos as polêmicas sobre a construção de barragens para hidrelétricas têm ocasionado crescente atuação de mobilizações e, de certa maneira, obteve-se maior impacto e repercussão.

Os conflitos gerados perante a construção de hidrelétricas poderá acarretar na retirada dos atingidos de seu território para que este seja reterritorializado pelo empreendimento, seja como parte do canteiro de obras e das infraestruturas do empreendimento ou como parte do reservatório. Conforme Karpinski (2007, p. 10), como os deslocamentos populacionais compulsórios podem induzir a impactos psicológicos como depressão e tristeza pela perda do local de origem, um projeto de reassentamento deveria considerar os fatores motivacionais que promoveriam a determinados indivíduos melhores condições de aceitar o processo.

De acordo com Gonçalves et al. (2006, p. 150), a implantação de usinas hidrelétricas pode acarretar em perdas irreparáveis, como a submersão de terras agrícolas e florestas, o desfacelamento das redes de vizinhança, o prejuízo à migração dos peixes, a consequente destruição das condições de trabalho de populações atingidas, entre outros impactos.

A construção da Itaipu Binacional é um exemplo de empreendimento que ocasionou impactos ambientais e sociais em larga escala. A localização de sua barragem no município paranaense de Foz do Iguaçu acarretou no alagamento de extensões territoriais dos municípios lindeiros do rio Paraná desde Foz do Iguaçu até Guaíra. Sua existência promoveu grandes perdas como a submersão dos saltos de Sete Quedas (Figura 2) que se localizavam entre os municípios de Guaíra (Paraná-Brasil) e *Salto Del Guairá* (Paraguai), registrados nas obras de Guiomar Inez Germani (2003) e de Maria de Fátima Bento Ribeiro (2002).

Figura 2 – Parque Nacional de Sete Quedas antes e depois da formação do lago de Itaipu, em 1982.



Fonte: AUTOR DESCONHECIDO (apud BUENO, 2011)<sup>4</sup>.

As inundações ocasionadas por empreendimentos hidrelétricos são impactos que merecem estudos. Como exemplo, cita-se segundo o Movimento dos Atingidos por Barragens - MAB (2011), o caso do empreendimento Suez Tractebel que é acionista do Consórcio Estreito de Energia, no Estado do Maranhão, ao ocasionar o fechamento das comportas para a formação do lago da barragem de Estreito, promoveu a elevação da cota d'água fora dos níveis previstos e com isso, casas foram alagadas.

A mesma situação ocorreu com a UHE Foz do Chapecó, na divisa entre os Estados de Santa Catarina e Rio Grande do Sul, em que as comportas fechadas em 2010 acarretaram na inundação de propriedades que foram consideradas como não atingidas antes do fechamento das mesmas (AUGUSTO, 2010).

Portanto, é de suma importância refletir sobre ações para reduzir os impactos ocasionados pela implantação de usinas hidrelétricas, como promover a educação ambiental, saneamento, reflorestamento e recuperação de áreas degradadas, assim como, fazer um acerto indenizatório justo para com os atingidos.

<sup>4</sup> Disponível em: <<http://almirbueno.blogspot.com.br/2011/10/lago-de-itaipu-completa-29-anos.html>>. Acesso em: 28 ago. 2017, às 15h37.

## A IMPLANTAÇÃO DE USINAS HIDRELÉTRICAS NO ESTADO DO PARANÁ

O Estado do Paraná se sobressai em número de usinas hidrelétricas localizadas em seu território (Figura 3), assim como, no quantitativo de megawatts gerados. Conforme a Copel (2016a), O Paraná possui alto potencial hidráulico, com possibilidade de uma potência de 26.000 MW nas principais bacias de seus rios.

Conforme os registros da Agência de Notícias do Paraná (2012), na década de 1950, o país possuía dificuldades de crescimento devido à escassez elétrica. Para sanar esse problema, a maioria dos estados criou empresas estatais. No caso do Paraná, esta empresa foi a Copel, criada em 26 de outubro de 1954, criada no governo de Bento Munhoz da Rocha Netto. Possuía a finalidade de sanar a problemática de escassez de energia elétrica no Estado.

Os estudos sobre impactos causados pela construção de barragens no Estado foram desencadeados a partir implantação da Itaipu Binacional, iniciada em 1978, de grandes proporções e com poder de represar o rio Paraná do município de Foz do Iguaçu à Guaíra, além das terras paraguaias (KARPINSKI, 2007, p. 7-8).

Figura 3 – Mapa de localização de Usinas Hidrelétricas no Estado do Paraná.



Fonte: Copel (2016b). Adaptada pelo autor.

Conforme os dados de Penteadó et al. (2015, p. 119), o canteiro de obras, a área de mata ciliar do rio Paraná a ser respeitada e a construção do lago artificial de Itaipu afetou

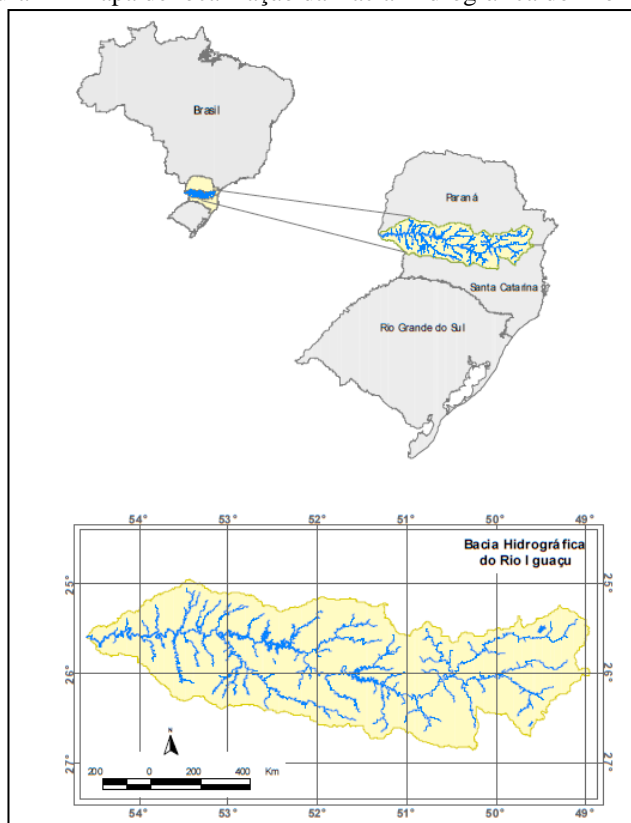
6.900 propriedades, sobretudo rurais, o que totalizou 100.000 hectares. Isso tudo acarretou na perda de acessibilidade às áreas produtivas e extrativas de recursos naturais, além da intensificar o êxodo rural dos agricultores para os centros urbanos.

Portanto, compreende-se que a implantação de usinas hidrelétricas foi importante para o desenvolvimento urbano-industrial e que para isso, houve o surgimento de vários tipos de impactos, podendo ser maléficos ou benéficos, sociais e ambientais.

## O RIO IGUAÇU E SUAS HIDRELÉTRICAS: DA UHE FOZ DO AREIA À UHE SALTO CAXIAS

A bacia hidrográfica do rio Iguaçu (Figura 4) se distribui de Leste (parte montante) para Oeste (parte jusante) no Estado do Paraná e tem sua foz voltada ao rio Paraná.

Figura 4 – Mapa de localização da Bacia Hidrográfica do Rio Iguaçu.



Fonte: SEMA, IBGE; Autor: Marciel Lohmann, 2006 (apud GONÇALVES, 2007, p. 38).

Pelo fato do rio Iguaçu e seus afluentes serem caracterizados como rios de planalto em que seus trechos são direcionados pelos vales encaixados, houve aí um importante atrativo



para a construção de usinas hidrelétricas. A empresa de consultoria Engenharia Sócio-Ambiental S/C Ltda – ECSA (2002, p. 35) afirma que dos reservatórios das hidrelétricas localizados no rio Iguazu, todos buscam o aproveitamento dos recursos hídricos para fins de geração de energia elétrica.

O rio Iguazu, apresenta grandes investimentos na produção de energia elétrica e isso se torna perceptível pela quantidade de usinas hidrelétricas implantadas em sua bacia hidrográfica (Figura 5), sendo de grande porte ou até mesmo, em forma de Pequenas Centrais Hidrelétricas – PCH, implantadas em seus rios afluentes.

Figura 5 – Mapa de Usinas Hidrelétricas localizadas na Bacia Hidrográfica do rio Iguazu.



Fonte: Copel<sup>5</sup>. Adaptado pelo autor (2017).

Existem cinco usinas hidrelétricas localizadas em cascata no rio Iguazu para fins de aproveitamento hidrelétrico, sendo encontradas de montante para jusante (Figura 5), sendo elas:

[...] Foz do Areia, no município de Pinhão, Governador Ney Aminthas de Barros Braga Segredo, em Mangueirinha; Salto Santiago, em Saudade do Iguazu; Salto Osório, em Quedas do Iguazu; e Salto Caxias, em Capitão Leônidas Marques [...] Juntas, as usinas geram 6.644 MW – quase 7% da eletricidade produzida no Brasil. Está prevista a construção de uma sexta usina próximo ao Parque Iguazu, entre os municípios de Capanema e Capitão Leônidas Marques, capaz de produzir mais 350 MW (MARONI, 2011).

Favretto (2008) argumenta que metade do rio Iguazu pertence aos empreendimentos hidrelétricos por conta das disposições geográficas dos mesmos na bacia hidrográfica. As

<sup>5</sup> Disponível em: <<https://www.copel.com/mhbweb/paginas/bacia-iguacu.jsf>>. Acesso em: 10 ago. 2017, às 12h45.

cinco usinas operantes são representam 6,54% de toda a produção energética brasileira, o que equivale à produção 6.644 MW.

De acordo com a Copel (2016b), somente as usinas hidrelétricas Governador Ney Aminthas de Barros Braga (Salto Segredo), Governador José Richa (Salto Caxias) e Governador Bento Munhoz da Rocha Netto (Foz do Areia) são administradas pela estatal, já as usinas hidrelétricas Salto Osório e Salto Santiago são administradas pela Suez Tractebel Energia.

Segundo Kunzler (2015, p. 5), a Suez Tractebel Energia se sobressai entre as 20 empresas com valor de reputação no Brasil, considerada a primeira colocada no setor elétrico.

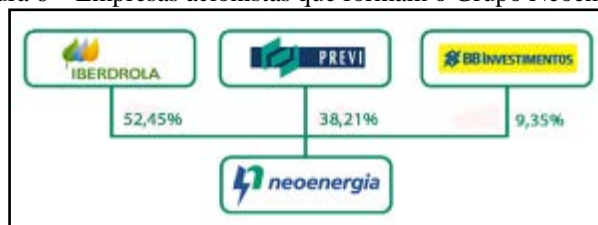
Para o Secretário Executivo do Ministério de Minas e Energia de 2015, Luiz Eduardo Barata (apud KUNZLER, 2015, p. 18), a Tractebel Energia tem grande mérito no setor, tendo “[...] papel essencial na expansão do setor elétrico brasileiro. A Tractebel ocupa o primeiro lugar em capacidade instalada entre as privadas, o que a coloca em uma posição de liderança.”

## A UHE BAIXO IGUAÇU

Em 2013 começaram as obras da UHE de Baixo Iguaçu, o provável último aproveitamento do potencial hidráulico do rio Iguaçu. Desta vez, a Copel é sócia minoritária (30%), tendo a Neoenergia a maior parte das ações (70%).

O grupo Neoenergia fundou-se no ano de 1997 e a partir daí, tornou-se uma sociedade composta por ações de capital aberto (Figura 6), tendo como acionistas, a Iberdrola (52,45%), Previ (38,21%) e Banco do Brasil (9,35%) (NEOENERGIA, 2017).

Figura 6 – Empresas acionistas que formam o Grupo Neoenergia.



Fonte: NEOENERGIA, 2017<sup>6</sup>.

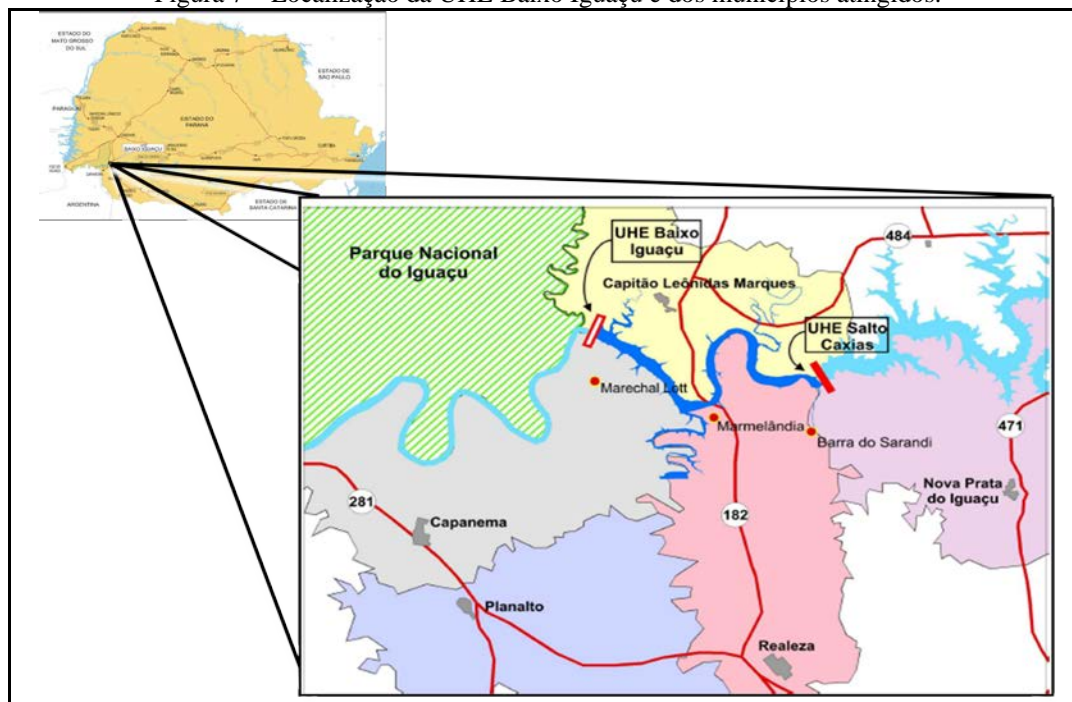
<sup>6</sup> Disponível em: <<http://www.neoenergia.com/Pages/A%20Neoenergia/acionistas.aspx>>. Acesso em: 14 set. 2017, às 14h57.

Conforme as informações da Neoenergia (2017), dos acionistas que formam o grupo Neoenergia, a empresa espanhola Iberdrola possui mais de 150 anos, tempo suficiente para se consolidar como líder global em energia eólica e uma das maiores empresas elétricas do mundo. A Previ é descrita como uma entidade de previdência privada que assiste essencialmente funcionários de seu próprio quadro e do Banco do Brasil. Além disso, é caracterizada pelo maior fundo de pensão da América Latina. O Banco do Brasil se destaca como a terceira acionista do grupo, caracterizada como a maior instituição financeira da América Latina e a mais clássica do Brasil, possuindo mais de 4 mil agências e 40 mil caixas eletrônicos. O Banco do Brasil possui o acúmulo de experiências de mais de 70 anos em transações comerciais internacionais, produtos e serviços para clientes em outros países.

O rio Iguaçu deve produzir ainda mais energia, além das geradas pelas cinco outras usinas hidrelétricas lotadas nesse rio. No dia 30 de setembro de 2008 teve um leilão energia realizado pela Aneel, na qual a empresa Carioca Neoenergia foi a ganhadora pela concessão de construção e operação da UHE Baixo Iguaçu por 35 anos, no Sudoeste do Paraná.

Quanto às características físicas do da UHE Baixo Iguaçu, está sendo construída no rio Iguaçu, entre os municípios de Capanema e Capitão Leônidas Marques e depois de finalizada, seu lago também atingirá Planalto, Realeza e Nova Prata do Iguaçu (Figura 7).

Figura 7 – Localização da UHE Baixo Iguaçu e dos municípios atingidos.



Fonte: Sociedade da Água Consultoria Ltda. (2008, p. 14; 27). Adaptado pelo autor.

Para Seghatti (2013), a usina terá capacidade instalada de 350,2 megawatts (MW), assim como, se assegura da potência de 172,8 MW, suficiente para abastecer, por exemplo, 1 milhão de pessoas. Está sendo gerenciada pela Concessionária Geração Céu Azul, composta pela sociedade entre a Neoenergia e a Copel, já a sua construção, fica a cargo da empreiteira Odebrecht Infraestrutura.

Staudt (2013) relata que a UHE Baixo Iguaçu está sendo construída 30 quilômetros à jusante da Usina Hidrelétrica Governador José Richa, contando com 31,63 km<sup>2</sup> de superfície e, se descontar a calha do rio, a área alagada (a ser indenizada) é de 13,59 km<sup>2</sup> (Quadro 2).

Quadro 2 – Área inundada por município.

Área inundada (cota 259 m)	Área inundada (km <sup>2</sup> ) (1)	Área total do município (km <sup>2</sup> ) (2)	% Área inundada/total
Capanema	4,52	418,2	1,0808%
Capitão Leônidas Marques	5,56	220,4	2,5227%
Nova Prata do Iguaçu	0,04	343,9	0,0116%
Planalto	0,06	329,8	0,0182%
Realeza	3,41	354,3	0,9625%
Total	13,59	1.666,60	0,8154%

Fonte: Sociedade da Água Consultoria Ltda. (2008, p. 17).

## A PROBLEMÁTICA DA UHE BAIXO IGUAÇU

A UHE Baixo Iguaçu começou a ser construída em 2013, na área rural entre os municípios de Capanema e Capitão Leônidas Marques. Após os estudos técnicos para a viabilidade de implantação do empreendimento, primeiramente, começaram a realizar a construção do canteiro de obras e como fatos subsequentes, as ocupações das demais propriedades que serão atingidas e necessárias para a formação do lago artificial.

Perante toda essa situação, o processo de construção da UHE Baixo Iguaçu foi cercado por diversos entraves sociais expostos em manifestações como: realizações de diversas reuniões para fechar as negociações tanto nas localidades atingidas como na Assembleia Legislativa do Paraná – ALEP, em Curitiba; bloqueio de rodovias; acampamentos no canteiro de obras; paralisação da construção do empreendimento e até mesmo ações mais enérgicas de confronto, expondo a insatisfação por parte da maioria dos atingidos dos cinco municípios mencionados sobre as formas de negociação do território.

Segundo Ghisi (2016, p. 5), a partir do início das obras, agricultores atingidos exigiram a realocação e condições dignas para recomeçar a vida em outro território. A maioria

dos atingidos dos cinco municípios integra o MAB, que perante estes três anos tem mobilizado as manifestações a fim de pressionar o avanço das negociações com o empreendimento. Negociações estas que ainda não foram concluídas, cobrando não só a resolução do problema à Neoenergia, como o apoio do governo estadual, que possui também parte das ações do empreendimento.

Além considerar sua propriedade enquanto valor fundiário, os atingidos consideram a propriedade como território e lugar. Território<sup>7</sup> porque representa para ti como sendo propriedade de sua posse particular e, lugar, porque representa o sentimento, o apego ao lugar<sup>8</sup>.

Os atingidos também sofrem pelo apego ao lugar, o qual pode ter vivido por muitos anos, ricos de experiências e de memórias, cujo, agora, o futuro poderá se tornar incerto, como se encontra a situação da formação de reassentamentos.

A agricultora Ermida Pegorini é uma das moradoras que por causa da usina deverá deixar a propriedade rural em Capanema onde vive há 50 anos. ‘É uma vida inteira aqui. Às vezes acordo à noite e penso para onde a gente vai e se vai se acertar no lugar’, conta (WURMEISTER, 2013b).

Conforme notícia do Jornal Brasil de Fato (GHISI, 2016, p. 5), realizada no dia 06 de outubro de 2016,

‘Eu nasci nesse lugar. A gente chegou era tudo mato, tinha só uns ranchinhos. Fomos roçando, trabalhando, plantando’, conta Liane Terezinha de Jesus Welter, enquanto aponta para a lavoura em que ela e o esposo, Valmir José Welter, cultivam verduras, legumes, cana de açúcar e pasto para alimentar vacas leiteiras. Naquelas terras, os dois criaram quatro filhos. A área equivale a dois alqueires e fica às margens do rio Capanema (Figura 8), no município de mesmo nome e será uma das 1025 propriedades afetadas pela UHE Baixo Iguaçu, região Sudoeste do Estado.

Figura 8 - Atingidos estão entre as 1025 famílias que terão as terras alagadas pela barragem.



Fotografias: GHISI (2016, p. 5).

<sup>7</sup> Para aprofundamento ao conceito, ler Haesbaert (2006).

<sup>8</sup> Para melhor compreender o conceito, ler Tuan (1980).

Kolnn (2009, p. 4) ressalta que a implantação de uma usina hidrelétrica pode representar para os atingidos um descontentamento para os seus projetos de vida, cuja desterritorialização pode realizar uma indenização insatisfatória, impedindo a manutenção de suas condições de reprodução num nível, ao menos, igual ao que se verificava antes do processo de construção do empreendimento.

Para Haesbaert (2006, p. 67):

Desterritorialização, portanto, antes de significar desmaterialização, dissolução das distâncias, deslocalização de firmas ou debilitação dos controles fronteiriços, é um processo de exclusão social, ou melhor, de exclusão socioespacial. [...] Na sociedade contemporânea, com toda sua diversidade, não resta dúvida de que o processo de “exclusão”, ou melhor, de precarização socioespacial, promovido por um sistema econômico altamente concentrador, é o principal responsável pela desterritorialização.

No que diz respeito aos atingidos, Wurmeister (2013a) entrevistou o agricultor atingido Sidnei Martini, na qual ele expôs sua indignação sobre o valor da terra: “[...] este valor é um terço do que vale a propriedade. As pessoas não estão conseguindo encontrar áreas de terra com esse valor aqui na região. A situação está caótica. Muitos arrendatários estão sem renda hoje porque não têm onde plantar.” Essa passagem transmite a ideia de que se aceitarem o valor do empreendimento, não conseguirão adquirir uma propriedade, por exemplo, com o mesmo espaço e, talvez, os meios de produção sejam inferiores ao que se tem.

O relato com o mesmo significado da desvalorização de propriedade se verifica na entrevista do agricultor Valmir José Welter (apud GHISI, 2016, p. 5),

‘Nós não temos interesse de vender a terra, porque aqui é um lugar bom de viver’, garante Valmir José Welter. ‘[...] nós só temos dois alqueires e vamos perder? Se eles não querem pagar direito, de que jeito nós vamos fazer?’, questiona o agricultor, que participa das mobilizações das famílias atingidas para pressionar o consórcio e o poder público.

De acordo com Kobiyama et al. (2006, p. 33), não é somente o valor da terra que deve ser empregado no cálculo, mas também todas as variáveis dispostas nas áreas de risco: “população, vegetação, animais, propriedades, residências, infra-estrutura”, entre outros.

No dia 10 de julho de 2013, proprietários rurais dos cinco municípios atingidos pela construção da UHE Baixo Iguaçu, bloquearam o acesso ao canteiro de obras, pois afirmaram que o valor da indenização é baixo e que ainda não havia sido pago. Para os agricultores, fazer o bloqueio como forma de manifestação foi a maneira encontrada para poder conseguir uma negociação sobre o preço justo pelas terras.

Houve muita indignação por parte das famílias atingidas pelo empreendimento.

‘O valor que a Neoenergia quer pagar é três vezes menor que o preço de mercado. Nós vamos dar três alqueires e comprar um. Se eles não podem pagar, então não deviam construir uma usina’, disse para a FOLHA o presidente da Associação dos Atingidos da Usina Hidrelétrica do Baixo Iguaçu (Adahabi), Plínio Primo. Ele confirmou que a empresa ofereceu R\$ 40 mil, em média, por alqueire. ‘No nosso estudo, o alqueire vale dois mil sacos de soja, cerca de R\$ 120 mil’, disse Primo (LÁZARO JR., 2013).

Conforme dados coletados por Wurmeister (2013a), os atingidos foram obrigados a evacuar no dia seguinte (11) em virtude de ordem judicial. Mas, no dia 15 de julho voltaram a protestar e impedir a passagem de veículos na estrada.

Em nota, a concessionária Geração Céu Azul se defende e lastima que a invasão dos agricultores atingidos aconteça em meio a um processo aberto de negociações para a indenização que descritas no projeto. Também afirmou que realizou reuniões com os proprietários e não-proprietários atingidos, além das cinco gestões municipais com a ideia de progredir com o processo fundiário do empreendimento (WURMEISTER, 2013a).

Os atingidos, ao saírem do espaço do canteiro de obras no dia 11/09/2013, participaram de uma reunião com representantes do governo e do empreendimento a fim de estabelecer o reinício de novas negociações, em que se teve destaque a posição do IAP, cujo

O presidente do Instituto Ambiental do Paraná (IAP), Tarcísio Mossato, também acompanhou a reunião e afirmou que o órgão só vai liberar a enchimento do lago da usina após a empresa cumprir todas as exigências. Até o começo da noite desta quarta-feira, os agricultores e representantes da empresa permaneciam no local para discutir as propostas (G1, 2013).

No dia 10 de outubro de 2013, os atingidos voltaram a reivindicar maiores valores pelas propriedades, contudo, a resposta dos representantes pelo empreendimento continua a mesma, de que os valores estipulados possuem base técnica (WURMEISTER, 2013b).

Em maio de 2016, os agricultores atingidos fizeram mais uma manifestação no canteiro de obras (Figura 9), paralisando as atividades do empreendimento com o intuito de forçar o consórcio a entrar em acordo. Os manifestantes pedem a intervenção do governo do Estado para resolver logo a problemática que se desenrola desde 2013.

No dia 06 de junho de 2016, os atingidos voltaram a ocupar o canteiro de obras do empreendimento e impediram a continuação das atividades (FOLHA DE CAPANEMA, 2016, p. 6). Já é a terceira ocupação por parte dos atingidos ao empreendimento no ano de 2016. Ocuparam novamente porque o empreendimento não compareceu nos dias marcados para efetuar as negociações.

Figura 9 - Manifestação realizada em frente ao canteiro de obras, em maio de 2016.



Fotografia: arquivo MAB<sup>9</sup>.

No mês de novembro, em uma reunião em Curitiba entre o MAB, o Governador do Estado, o Secretário-Chefe da Casa Civil do Paraná, Valdir Rossoni e com o Assessor Especial para Assuntos Fundiários, Hamilton Serighelli, cujo Governo esteve a par das reivindicações dos atingidos e se comprometeu a intervir no diálogo com a empresa (HOSHINO, 2016).

Sobre os direitos das populações atingidas, o MAB compreende que “é um dever do Estado, e não somente dos consórcios responsáveis pelas usinas, a garantia da preservação dos direitos das populações atingidas.” (MAB, 2017b).

A agricultora atingida Judite está entre as 1025 famílias que serão afetadas pela UHE Baixo Iguaçu, apresentando incertezas quanto ao seu futuro territorial

Estamos sofrendo e não vemos nossos direitos. Não sabemos para onde vamos, não teremos mais casa para morar e queremos saber se o governo do estado fará alguma coisa ou se continuaremos nessa situação difícil”, questiona Judite, agricultora do município de Realeza (HOSHINO, 2016).

Entre os meses de outubro e novembro de 2016, as famílias dos municípios atingidos acamparam por 38 dias na entrada do canteiro de obras da hidrelétrica para reivindicar seus direitos (Figura 12 e 13). Conforme o MAB (2017a), o acampamento foi desfeito logo após um acordo com o empreendimento que se comprometeu a dar celeridade ao processo de cadastramento e indenização. Todavia, o consórcio ainda não havia apresentado área para o reassentamento coletivo, que é um dos direitos expostos no Plano Básico Ambiental.

Quanto à problemática do reassentamento, até o mês de setembro de 2017 não foram definidas a extensão territorial para essa finalidade para os atingidos pela UHE Baixo Iguaçu. Antes, o consórcio havia até cogitado a forma de reassentamento, porém, para o

<sup>9</sup> Disponível em: <<https://www.brasildefato.com.br/2016/10/06/agricultores-atingidos-por-barragem-lutam-pelo-direito-a-terra-no-sudoeste-do-parana/>>. Acesso em: 19 ago. 2017, às 23h55.



empreendimento se tornam mais favoráveis a negociação individual e o acerto em carta de crédito ou pagamento em dinheiro. O empreendimento prefere negociar de forma individual.

Figura 12 – Famílias atingidas acampadas em frente ao canteiro de obras da UHE Baixo Iguaçu.



Fotografia: MADRUGA, Joka (2016)<sup>10</sup>.

Figura 13 – Acampamento em frente à UHE Baixo Iguaçu.



Fotografia: UCHIMURA (2017)<sup>11</sup>.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir da reflexão proposta, pode-se compreender que o empreendimento está sendo implantado na região do Baixo Iguaçu em vista de todos os atrativos físicos e socioeconômicos propícios. A sua implantação está sendo administrada por meio de uma concessionária regida em maior parte pelo capital privado e em menor parte pela estatal. A usina hidrelétrica expõe sua visão social enquanto promotora do desenvolvimento e do progresso urbano-industrial, em contrapartida, pode ser caracterizada como desterritorializadora por parte de outros agentes caracterizados como atingidos, sejam eles proprietários ou arrendatários das propriedades.

O caso da UHE Baixo Iguaçu apresenta enquanto problemática social, a falta do fechamento de acordos entre a empresa e as populações rurais atingidas pelo empreendimento. O empreendimento acertou as indenizações de várias propriedades, principalmente, as localizadas no espaço do canteiro de obras, seja em forma de compra da propriedade e como carta de crédito, contudo, ainda não apresentou um espaço definido para reassentamento. Há casos de famílias atingidas que ainda não fecharam as negociações por não aceitarem os valores e propostas ofertados, restando ainda as incertezas da

<sup>10</sup> Disponível em: <<https://www.brasildefato.com.br/2016/11/18/orgaos-solicitarao-que-iap-suspenda-licenciamento-da-usina-do-baixo-iguacu-no-parana/>>. Acessado em 20 ago. 2017, às 10h02.

<sup>11</sup> Disponível em: <<https://www.brasildefato.com.br/2017/03/06/atingidos-pela-usina-do-baixo-iguacu-protestam-em-frente-a-neoenergia-em-capanema/>>. Acessado em 20 ago. 2017, às 09h27.

reterritorialização e as lembranças do lugar que ainda vive, enquanto a represa não se consolidou.

## REFERÊNCIAS

AUGUSTO, Danilo. Foz do Chapecó: Terras alagadas, direitos não reconhecidos. **Rádio Agência NP**. São Paulo, 29 set. 2010. Disponível em: <<http://www.radioagencianp.com.br/Foz-do-Chapeco-Terras-alagadas-direitos-n%C3%A3o-reconhecidos>>. Acesso em: 25 ago. 2017, às 10h14.

COPEL. **Parque gerador da empresa**. Curitiba, 31 out. 2016a. Disponível em: <<http://www.copel.com/hpcopel/root/nivel2.jsp?endereco=%2Fhpcopel%2Fgeracao%2Fpagcopel2.nsf%2Fdocs%2FA93BECD1BAF3210F03257412006227BB>>. Acesso em: 16 ago. 2017, às 16h59.

\_\_\_\_\_. **Geração** – informações – Hidrelétricas. Curitiba, 01 mar. 2016b. Disponível em: <<http://www.copel.com/hpcopel/root/nivel2.jsp?endereco=%2Fhpcopel%2Froot%2Fpagcopel2.nsf%2Fdocs%2F86108AB3CF1D4E5F032574120060B8F0>>. Acesso em: 16 ago. 2017, às 16h50.

ENGENHARIA SÓCIO-AMBIENTAL S/C LTDA – ECSA. **Plano de uso e ocupação das águas e entorno do reservatório da Usina Hidrelétrica Salto Santiago**. Análise e diagnóstico. Florianópolis, v. 1, mar. 2002. 115 p.

FAVRETTO, Viviane. Metade do rio Iguaçu é das Usinas. **Gazeta do Povo**. Curitiba, 26 nov. 2008. Vida e Cidadania. Disponível em: <<http://www.gazetadopovo.com.br/vida-e-cidadania/metade-do-iguacu-e-das-usinas-barrmqaeb45mdzpwaii3eyjwu>>. Acesso em: 16 ago. 2017, às 15h21.

FOLHA DE CAPANEMA. Agricultores voltam a ocupar canteiro de obras da Usina Baixo Iguaçu. **Folha de Capanema**. 105 ed. Capanema, p. 6, 08 jun. 2016.

G1. Agricultores deixam canteiro de obras da Usina do Baixo Iguaçu. \_\_\_\_\_ – **RPC Oeste e Sudoeste-PR**. Foz do Iguaçu, 11 set. 2013. Disponível: <<http://g1.globo.com/pr/oeste-sudoeste/noticia/2013/09/agricultores-desocupam-canteiro-de-obras-da-usina-do-baixo-iguacu.html>>. Acesso em 23 fev. 2017 às 8h34.

GERMANI, Guiomar Inez. Expropriados. **Terra e água: o conflito de Itaipu**. Salvador: EDUFBA: ULBRA, 2003. 266 p.

GHISI, Ednubia. Agricultores atingidos por barragem lutam pelo direito à terra, no Sudoeste do Paraná. **Brasil de Fato**. 18 ed. Curitiba, 06 out. 2016. Caderno Paraná, p. 5. Disponível em: <<https://www.brasilefato.com.br/2016/10/06/agricultores-atingidos-por-barragem-lutam-pelo-direito-a-terra-no-sudoeste-do-parana/>>. Acesso em: 19 ago. 2017, às 23h25.

GONÇALVES, Juliano Costa et al. Análise das alterações de comportamento do mercado de terras rural provocadas pela implantação de megaprojetos hídricos. In: FELICIDADE, Norma

et al. **Uso e gestão dos recursos hídricos no Brasil: velhos e novos desafios para a cidadania.** São Carlos: RIMA, 2006, p. 149-164.

GOVERNO DO ESTADO DO PARANÁ. Aos 58 anos, Copel retoma projetos de expansão. **Agência de Notícias do Paraná (AEN).** Curitiba, 25 out. 2012. Disponível em: <<http://www.aen.pr.gov.br/modules/noticias/article.php?storyid=71384&tit=Aos-58-anos-Copel-retoma-projetos-de-expansao>>. Acesso em: 20 ago. 2017, às 00h27.

HAESBAERT, Rogério. **O mito da desterritorialização: do “fim dos territórios” à multiterritorialidade.** 2 ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006.

HENRIQUES, Márcio Simeone. Pelo sim, pelo não: a construção de barragens e a opinião pública. In: LOCATELLI, Carlos (Org.). **Barragens imaginárias: a construção de hidrelétricas pela comunicação.** Florianópolis: Insular, 2015, p. 37-56.

JASPER, Fernando. Empresa privada vai construir Baixo Iguaçu. **Gazeta do Povo.** Economia. Curitiba, 30 set. 2008. Vida e Cidadania Disponível em: <<http://www.gazetadopovo.com.br/economia/empresa-privada-vai-construir-baixo-iguacu-b7b1zgaambi6j832jscab895a>>. Acesso em: 14 ago. 2017, às 16h23.

KARPINSKI, Cezar. **SOBRE AS ÁGUAS A MEMÓRIA: Relações de poder e subjetividades durante a implantação da Usina Hidrelétrica Salto Caxias (Paraná, 1989-2001).** Dissertação (Mestre em História). UFSC, Florianópolis, 2007, 142 f.

KOBIYAMA, Masato et al. **Prevenção de desastres naturais: conceitos básicos.** Florianópolis: Organic Trading, 2006. 124 p.

KOLNN, Aline Diane. **Impactos socioeconômicos negativos: estudo de caso da Usina Hidrelétrica Governador Bento Munhoz da Rocha Netto - Pinhão-PR.** Observatório Geográfico da América Latina – EGAL, 37, 2009. **Anais...**, 2009. 14 p. Disponível em: <<http://observatoriogeograficoamericalatina.org.mx/egal12/Procesosambientales/Hidrologia/37.pdf>>. Acesso em: 20 ago. 2017, às 14h30.

KUNZLER, Leandro Provedel. Salto Osório completa 40 anos. **Boas Novas.** Informativo da Tractebel Energia. Ano 10. N. 55. Out. 2015. 28 p.

LÁZARO JR., José. Manifestantes bloqueiam acesso às obras da Usina Baixo Iguaçu. **Folha de Londrina.** Londrina, 12 jul. 2013. Folha Política. Disponível em: <<http://www.folhadelondrina.com.br/politica/manifestantes-bloqueiam-acesso-a-obras-da-usina-baixo-iguacu-848991.html>>. Acesso em: 05 jul. 2017, às 11h05.

MARONI, João Rodrigo. Um rio barrado pelas usinas. **Gazeta do Povo.** Curitiba, 30 abr. 2011. Disponível em: <<http://www2.gazetadopovo.com.br/aguasdoamanha/noticias/post/id/251/titulo/Um+rio+barrado+pelas+usinas>>. Acesso em: 22 ago. 2017, às 15h11.

MOVIMENTO DOS ATINGIDOS POR BARRAGENS – MAB. **Os escândalos do setor elétrico.** MAB. São Paulo, 17 out. 2011. Disponível em: <<http://www.mabnacional.org.br/noticia/os-escandalos-do-setor-eletrico>>. Acesso em: 19 ago. 2017, às 15h36.

\_\_\_\_\_. **Atingidos protestam na sede do consórcio do Baixo Iguaçu.** \_\_\_\_\_. São Paulo, 06 mar. 2017a. Disponível em: <<http://www.mabnacional.org.br/noticia/atingidos-protestam-na-sede-do-cons-rcio-do-baixo-igu-u>>. Acesso em: 19 ago. 2017, às 17h58.

\_\_\_\_\_. **Atingidos do Paraná cobram pauta em audiência pública em Curitiba.** \_\_\_\_\_. São Paulo, 14 mar. 2017b. Disponível em: <<http://www.mabnacional.org.br/noticia/atingidos-do-paran-cobram-pauta-em-audi-ncia-p-blica-em-curitiba>>. Acesso em: 19 ago. 2017, às 17h22.

NEOENERGIA. **Acionistas.** Rio de Janeiro, 2017. Disponível em: <<http://www.neoenergia.com/Pages/A%20Neoenergia/acionistas.aspx>>. Acesso em: 14 set. 2017, às 14h58.

PENTEADO et. al. **Conflitos socioambientais na sociedade de risco e o papel da mídia no caso da Usina Hidrelétrica de Itaipu (Brasil, PR).** In: LOCATELLI, Carlos (Org.). **Barragens imaginárias: A construção de hidrelétricas pela comunicação.** Florianópolis: Insular, 2015, p. 109-130.

RIBEIRO, Maria de Fátima Bento. **Memórias do Concreto: vozes na construção de Itaipu.** Cascavel: Edunioeste, 2002, 116 p.

\_\_\_\_\_, Wagner Costa. **Geografia política da água.** (Coleção Cidadania e Meio Ambiente). São Paulo: Annablume, 2008. 162 p.

SEGHATTI, Cassiane. **Agricultores protestam e param as obras da usina do Baixo Iguaçu. G1 – RPC Oeste e Sudoeste-PR.** Cascavel, 10 jul. 2013. Disponível em: <<http://g1.globo.com/pr/oeste-sudoeste/noticia/2013/07/agricultores-protestam-e-param-obras-da-usina-do-baixo-iguacu.html>>. Acesso em: 14 abr. 2017, às 23h48.

SOCIEDADE DA ÁGUA CONSULTORIA AMBIENTAL LTDA. **UHE Baixo Iguaçu. Relatório de Impacto Ambiental.** Curitiba, abr. 2008. 90 p.

STAUDT, Felipe. **Baixo Iguaçu: Copel terá 30% da Usina. Viva CLM, Capitão Leônidas Marques,** 20 jul. 2013. Disponível em: <<http://www.vivaclm.com.br/2013/06/baixo-iguacu-copel-tera-30-da-usina/>>. Acesso em: 02 mar. 2017, às 21h03.

TUAN, YI-FU. **Topofilia: um estudo da percepção, atitudes e valores do meio ambiente.** Tradução de Livia de Oliveira. São Paulo: Difel. 1980, p. 288.

TUNDISI, Helena da Silva Freire. **Usos de energia.** São Paulo: Atual, 1991, 73 p.

WURMEISTER, Fabiula. **Atingidos pela Usina do Baixo Iguaçu ocupam canteiro de obras no Paraná. G1 – RPC Oeste e Sudoeste-PR.** Foz do Iguaçu, 09 set. 2013a. Disponível em: <<http://g1.globo.com/pr/oeste-sudoeste/noticia/2013/09/atingidos-pela-usina-do-baixo-iguacu-ocupam-canteiro-de-obras-no-parana.html>>. Acesso em: 10 jan. 2017, às 13h34.

\_\_\_\_\_. **Atingidos pela Usina do Baixo Iguaçu reivindicam indenizações maiores. G1 – RPC Oeste e Sudoeste-PR.** Foz do Iguaçu, 10 out. 2013b. Disponível em: <<http://g1.globo.com/pr/oeste-sudoeste/noticia/2013/10/atingidos-pela-usina-do-baixo-iguacu-reivindicam-indenizacoes-maiores.html>>. Acesso em: 28 set. 2017, às 16h45.